



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Seminário 2014/2015

Distribuição da Riqueza em Portugal

Tutor: Professor Carlos Farinha Rodrigues

Coordenador: Professor Francisco Nunes

Relatório Final

Grupo 5

Carolina Rodrigues, nº 40425; Catarina Negrão, nº 38907;
Margarida Gil, nº 41922; Rita Cunha, nº 41901

Economia Pública e Política Social

Junho de 2015 - ISEG/UL

Agradecimentos

Agradecemos, desde já, ao Professor Francisco Nunes pela forma motivacional com que nos orientou ao longo deste semestre, tanto em termos de organização da estrutura funcional do relatório, como em termos de disponibilidade prestada.

Queremos deixar um agradecimento especial ao Professor Carlos Farinha Rodrigues, pela enorme disponibilidade em reunir com o grupo, pela cedência de referências bibliográficas indispensáveis para a concretização do trabalho, pelas críticas construtivas e sugestões.

Índice

Resumo.....	5
Abstract.....	6
1. Introdução, Motivação e Metodologia.....	7
2. Análise da riqueza das famílias: aspectos conceptuais.....	8
2.1. Dificuldade de medição da riqueza e da sua desigualdade.....	8
2.2. As componentes da riqueza.....	9
2.2.1. Riqueza Bruta versus Riqueza Líquida.....	9
2.2.2. Riqueza Real versus Riqueza Financeira.....	9
2.3. O problema do endividamento.....	10
2.4. Rendimento versus Riqueza.....	11
3. Caracterização da distribuição da riqueza em Portugal.....	12
3.1. Distribuição da riqueza bruta e da riqueza líquida.....	12
3.2. Riqueza real e riqueza financeira.....	15
3.3. A questão do endividamento.....	17
3.4. Desigualdade da riqueza em Portugal.....	19
4. Existe um perfil de riqueza para os Países do Sul da Europa?.....	21
4.1. Identificação das principais características da distribuição da riqueza em Portugal, Espanha, Itália e Grécia.....	21
4.2. Nível e estrutura da riqueza nos países do Sul da Europa.....	22

5. Considerações Finais	25
Referências Bibliográficas	27
Tabela A1 - Balanço Patrimonial das Famílias	29
Tabela A2 - Distribuição da riqueza líquida e do rendimento bruto por características das famílias	29
Tabela A3 - Distribuição do valor da riqueza real por tipo de activo e características das famílias	30
Tabela A4 - Distribuição do valor da riqueza financeira por tipo de activo e características das famílias.....	31
Tabela A5 - Distribuição do valor da dívida por tipo de dívida e características das famílias.....	32
Tabela A6 - Distribuição da riqueza real nos países por tipo de activo.....	33
Tabela A7 - Distribuição da riqueza financeira nos países por tipo de activo.....	33
Gráfico A1 - Rendimento dos agregados familiares por país.....	33
Gráfico A2 - Riqueza Líquida por país	34
Gráfico A3 - Mediana da riqueza líquida e do rendimento bruto das famílias.....	34
Gráfico A4 - Quota da dívida e dos seus componentes por país.....	35

Índice de quadros

Quadro 1 - Distribuição da riqueza bruta e do rendimento	13
Quadro 2 - Distribuição dos activos dos agregados familiares: reais e financeiros	15
Quadro 3 - Distribuição do valor da riqueza real por tipo de activo	15
Quadro 4 - Distribuição do valor da riqueza financeira por tipo de activo	16
Quadro 5 - Distribuição do valor da dívida por tipo de dívida.....	17
Quadro 6 - Desigualdade na distribuição da riqueza e do rendimento	20

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição da Riqueza Bruta, Riqueza Líquida e do Rendimento em Portugal.....	19
---	----

Resumo

Estudos empíricos utilizam, como principal indicador do bem estar das famílias, o rendimento disponível. No entanto, a riqueza permite uma análise mais detalhada da situação financeira das famílias. O objectivo deste relatório é caracterizar e analisar a distribuição da riqueza em Portugal, assim como verificar se existe um perfil comum de distribuição de riqueza entre os países da Europa do sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia), através de uma análise comparativa. O relatório baseia-se nos resultados do projecto *The Eurosystem Household Finance and Consumption Survey (HFCS)* e do Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF).

Esta análise permitiu constatar que a distribuição da riqueza em Portugal é mais assimétrica do que a do rendimento e que os países da Europa do sul apresentam um perfil comum de distribuição de riqueza.

PALAVRAS-CHAVE: riqueza; distribuição da riqueza; rendimento.

Abstract

Empirical studies use income as the lead indicator to measure household welfare. However, wealth allows a better analysis of the household financial situation. The main purpose of this report is to analyse the wealth distribution in Portugal and study the possibility of a common profile of wealth distribution in the southern European countries (Portugal, Spain, Italy and Greece) through a comparative analysis. This report is based on data available in The Eurosystem Household Finance and Consumption Survey (HFCS) and the Household Financial Situation Survey (*Inquérito à Situação Financeira das Famílias*).

This study made us realize that the wealth distribution is more asymmetric than the income distribution, and that the southern European countries have a common profile of wealth distribution.

KEYWORDS: wealth; wealth distribution; income.

1. Introdução, Motivação e Metodologia

Este trabalho insere-se na Unidade Curricular de Seminário da Licenciatura de Economia e tem como objectivo principal caracterizar a distribuição da riqueza em Portugal e realizar uma análise comparativa entre os países do Sul da Europa (Portugal, Espanha, Itália e Grécia).

A maioria dos estudos realizados, no âmbito desta temática, assenta na distribuição do rendimento das famílias deixando de parte as informações e os dados respectivos ao património e às dívidas das mesmas. A importância da análise da distribuição da riqueza ao invés do rendimento (Rodrigues e Andrade (2014)) permite uma apreciação mais completa da situação financeira dos agregados familiares, tornando-se o motivo da realização deste trabalho.

Portugal é considerado um dos países da União Europeia com uma maior desigualdade na distribuição do rendimento (Rodrigues e Andrade (2014), Rodrigues *et al.* (2012)), no entanto, o rendimento não reflecte directamente a situação financeira de um agregado familiar.

O estudo da distribuição da riqueza permite avaliar o impacto de choques macroeconómicos e alterações de políticas direccionadas às famílias. É um tema de interesse económico, principalmente na Área Euro, devido à existência de uma política monetária comum e enquadramentos nacionais diferenciados.

Para efectuar este trabalho teremos como base o novo Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF), realizado em 2010, no âmbito do projecto europeu *Household Finance and Consumption Survey (HFCS)*.

Este projecto foi efectuado com o intuito de recolher informação harmonizada sobre a situação financeira das famílias, de forma comparável entre os países da Zona Euro.

O ISFF, que no caso de Portugal, foi conduzido pelo Banco de Portugal e pelo INE, é a única fonte estatística que permite relacionar, ao nível das famílias, informação sobre activos, dívidas, rendimentos, aspectos demográficos e sócio económicos, bem como atitudes e expectativas dos indivíduos.

Neste sentido, iremos utilizar dados de diversas fontes oficiais e estudos científicos publicados a fim de caracterizar e analisar a situação financeira das famílias de um modo agregado nos respectivos países em estudo.

Esperamos com este trabalho encontrar um padrão explicativo do qual possamos retirar conclusões elucidativas sobre a distribuição da riqueza em Portugal e verificar se existe um perfil de riqueza para os países do Sul da Europa.

Relativamente à estrutura do trabalho, na secção 2 iremos abordar os diferentes aspectos conceptuais relativos à análise da riqueza das famílias. Na secção 3, será feita uma caracterização da distribuição da riqueza em Portugal. A secção 4 inclui uma análise comparativa entre os países do Sul da Europa (Portugal, Espanha, Itália e Grécia). Por fim, a secção 5 apresenta as principais conclusões do trabalho.

2. Análise da riqueza das famílias: aspectos conceptuais

2.1. Dificuldade de medição da riqueza e da sua desigualdade

A maior dificuldade de medição da riqueza é o facto de não existir um quadro institucional que permita aferir detalhadamente a riqueza de um agregado familiar, ao contrário do rendimento, que é medido, essencialmente, através da declaração do IRS.

Para além desta dificuldade, por norma, a riqueza é um tópico sensível para grande parte da população, contrariando a elevada subestimação nas declarações efectuadas.

No caso do ISFF, também foram detectados alguns obstáculos à medição da riqueza. Primeiramente, as famílias com níveis de riqueza superiores mostraram-se muito mais relutantes à participação neste tipo de inquéritos do que as restantes, o que pode gerar estatísticas pouco eficientes ou mesmo enviesadas. Uma forma de atenuar estes efeitos é criar uma amostra onde as famílias com maior nível de riqueza são sobre-representadas. Em segundo lugar, existe alguma dificuldade em garantir que as respostas sejam dadas de forma rigorosa, principalmente acerca de questões sobre matérias complexas e de natureza privada. Por último, algumas entrevistas tiveram de ser retiradas da amostra, ou porque existia um número elevado de respostas em falta, ou por problemas de coerência nos valores dados.

2.2. As componentes da riqueza

2.2.1. Riqueza Bruta versus Riqueza Líquida

De acordo com a metodologia adoptada no ISFF, a riqueza bruta é definida como a riqueza total de um agregado familiar, isto é, a totalidade dos seus activos quer reais quer financeiros. Por outro lado, a riqueza líquida corresponde à diferença entre o valor total da riqueza – activos reais e activos financeiros – e o valor total da dívida. A tabela A1, em anexo, referente à situação patrimonial das famílias, ilustra esta diferença, tal como apresenta o descritivo por componentes da riqueza.

2.2.2. Riqueza Real versus Riqueza Financeira

Ainda de acordo com o ISFF e no seguimento da tabela A1, em anexo, a riqueza real ou não financeira é a totalidade do valor das propriedades imobiliárias (residência familiar

e outros imóveis), dos veículos motorizados, de participações em negócios por conta própria e de outros bens valiosos que a família é proprietária.

A riqueza financeira é composta pelos depósitos à ordem, pelos depósitos a prazo, acções, obrigações, derivados financeiros, certificados de aforro, fundos de investimento, títulos da dívida e outros activos que as famílias detenham em contas geridas por bancos ou empresas de investimento.

2.3. O problema do endividamento

Para retratar o endividamento temos que considerar alguns aspectos conceptuais da dívida. A dívida engloba os empréstimos que tenham como garantia imóveis dos quais os agregados são proprietários (a residência principal ou outros), empréstimos não garantidos por imóveis, assim como dívidas associadas a descobertos bancários, linhas de crédito ou cartões de crédito sobre as quais sejam cobrados juros. (Costa e Farinha (2012)). A tabela A1, em anexo, enumera de forma mais exaustiva as componentes integrantes da dívida.

Quando existe acumulação de dívida e os agregados familiares encontram-se impossibilitados de a saldar, estamos perante uma situação de sobreendividamento, pois a dívida passará a ser insustentável. Por outras palavras, o sobreendividamento é a situação de impossibilidade definitiva e estrutural de o devedor fazer face ao conjunto das suas dívidas vencidas e/ou vincendas (OEC). Assim, o problema do endividamento torna-se particularmente relevante quando reportado a uma situação de sobreendividamento.

De forma a compreender o endividamento e conseqüentemente o sobreendividamento familiar torna-se essencial entender a conjuntura social e económica do país e do período específico.

A adesão à zona euro desencadeou um processo de convergência, no sentido em que famílias portuguesas tenderam a viver mais próximo do nível de vida da média europeia, o que levou a um aumento no consumo. Este não foi acompanhado com um aumento do rendimento individual, foi porém acompanhado pela desregulação do sistema financeiro o que levou a uma facilidade de acesso ao crédito nunca antes visto (Farinha, (2007)).

Recentemente, a facilidade do acesso ao crédito a taxas de juro real e nominal baixas, em conjunto com uma crise financeira que provocou um desincentivo por parte dos bancos em concederem crédito e ainda as dificuldades financeiras sentidas pelas mesmas, conduziu a um aumento do endividamento das famílias em Portugal (Rodrigues e Andrade (2014)).

2.4. Rendimento versus Riqueza

O rendimento e a riqueza distinguem-se essencialmente pela sua natureza e mensuração. O rendimento bruto representa um fluxo monetário de um agregado familiar, proveniente de fontes como o trabalho (por conta própria e por conta de outrem), pensões e transferências sociais regulares (por exemplo, pensões de velhice, de invalidez, abono de família e rendimento social de inserção), transferências privadas regulares (por exemplo, pensão de alimentos e bolsas de estudo), rendimentos de capital e de propriedade, entre outras, antes de deduzir os respectivos impostos e contribuições sociais (Costa e Farinha (2012); ECB (2013)).

A riqueza é um *stock* que representa os activos totais de um agregado familiar, quer sejam activos reais ou activos financeiros. Ao conceito de riqueza encontra-se estritamente relacionada a dívida do agregado familiar, no sentido em que para apurar a

riqueza líquida do mesmo se deduz a respectiva dívida que pode englobar empréstimos com garantias imobiliárias, cartões de crédito, entre outros (Farinha e Andrade (2013)).

Neste sentido, o estudo da riqueza líquida e da sua distribuição é mais completo, pois engloba todos os activos do agregado familiar deduzidos da sua respectiva dívida.

A discrepância entre rendimento e riqueza é bem representada quando analisamos a distribuição dos agregados familiares por níveis de rendimento e riqueza.

A correlação entre o rendimento e a riqueza das famílias seria perfeita se, por exemplo, as famílias que se enquadram no nível mais baixo de rendimentos também estivessem representadas como as que detêm menos riqueza ou, por analogia, os agregados familiares com maiores rendimentos fossem os que detêm maior riqueza. No entanto, de acordo com estudos realizados anteriormente e, como iremos ilustrar de forma particular para a situação portuguesa, tal não acontece. Ou seja, a ordenação dos agregados familiares por níveis de rendimento que auferem difere da ordenação por níveis de riqueza que detêm. Isto significa que existe uma correspondência pouco perfeita ou até mesmo assimétrica entre os *rankings* de rendimento e riqueza.

3. Caracterização da distribuição da riqueza em Portugal

A presente secção destina-se à caracterização e análise da distribuição da riqueza em Portugal, quer a nível de riqueza real e financeira, quer ao nível do endividamento dos agregados familiares, com o objectivo de precisar as desigualdades da riqueza.

3.1. Distribuição da riqueza bruta e da riqueza líquida

Como referido anteriormente, rendimento e riqueza são conceitos que diferem ao nível da sua natureza e mensuração. Neste sentido, comecemos por analisar a distribuição conjunta da riqueza bruta e do rendimento, representado pelo Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição da riqueza bruta e do rendimento

		Decil do Rendimento										Total
		1º Decil	2º Decil	3º Decil	4º Decil	5º Decil	6º Decil	7º Decil	8º Decil	9º Decil	10º Decil	
Decil da Riqueza Bruta	1º Decil	2,1%	2,20%	1,40%	1,50%	1,00%	0,50%	0,40%	0,40%	0,20%	0,10%	10,00%
	2º Decil	1,20%	1,00%	1,70%	1,30%	1,10%	1,00%	0,90%	0,80%	0,80%	0,10%	10,00%
	3º Decil	1,60%	1,70%	1,20%	1,20%	1,10%	1,00%	0,90%	0,60%	0,60%	0,20%	10,00%
	4º Decil	1,30%	1,60%	1,70%	1,00%	1,00%	1,10%	1,00%	0,80%	0,50%	0,20%	10,00%
	5º Decil	0,80%	1,10%	1,10%	1,20%	1,40%	1,10%	1,20%	1,20%	0,50%	0,40%	10,00%
	6º Decil	1,00%	0,90%	0,70%	0,90%	1,00%	1,50%	1,00%	1,30%	1,00%	0,40%	10,00%
	7º Decil	0,80%	0,60%	0,70%	0,80%	1,10%	1,10%	1,40%	1,30%	1,50%	0,70%	10,00%
	8º Decil	0,50%	0,50%	0,80%	1,00%	0,90%	1,10%	1,40%	1,40%	1,70%	1,00%	10,00%
	9º Decil	0,40%	0,30%	0,40%	0,70%	0,90%	1,10%	1,00%	1,30%	1,50%	2,40%	10,00%
	10º Decil	0,20%	0,10%	0,20%	0,40%	0,50%	0,50%	0,80%	0,90%	1,80%	4,40%	10,00%
Total	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%		

Fonte: Rodrigues e Andrade (2015)

A matriz ilustra a distribuição dos agregados familiares por decis de rendimento e de riqueza bruta. Se a correlação entre o rendimento e a riqueza bruta fosse perfeita, teríamos que 10% dos agregados familiares com menores rendimentos também detinham menor riqueza bruta e enquadravam-se, portanto, no primeiro decil tanto do rendimento como da riqueza bruta. Analogamente, teríamos que 10% dos agregados familiares com elevados rendimentos, também detinham maior riqueza bruta e encontravam-se representados no último decil de rendimento e de riqueza bruta, respectivamente. No entanto, como podemos observar, apenas 2,1% das famílias portuguesas se inserem no primeiro decil de riqueza bruta e rendimento. O mesmo acontece com o último decil, em que apenas 4,4% dos agregados familiares em Portugal têm elevados rendimentos e detêm uma elevada riqueza.

Claramente, a distribuição das famílias portuguesas por níveis de rendimento e de riqueza bruta é assimétrica, no entanto esta relação é de difícil interpretação, dado que a riqueza bruta, apesar de incluir todas as componentes integrantes dos activos das famílias, também inclui o seu endividamento, ou seja, os respectivos passivos.

A riqueza líquida, ao invés do rendimento e mesmo da riqueza bruta, permite uma observação mais completa e precisa do nível de vida dos agregados familiares.

De acordo com a tabela A2, em anexo, que relaciona os valores médios e medianos do rendimento e da riqueza líquida das famílias portuguesas, por características das mesmas, mais especificamente condição perante o trabalho e nível de escolaridade, o rendimento médio das famílias é cerca de 20 mil euros, no entanto, o valor mediano é aproximadamente de 15 mil euros. O mesmo acontece com a riqueza líquida, uma vez que se regista uma média de cerca de 153 mil euros e uma mediana de cerca de 75 mil euros.

Tendo em conta a condição perante o trabalho das famílias portuguesas podemos verificar que apesar de apenas 10.7% dos indivíduos de referência das famílias portuguesas serem trabalhadores por conta própria, são os que auferem um rendimento médio mais elevado e detêm uma riqueza líquida média muito superior à média de riqueza líquida total das famílias. No que diz respeito ao nível de escolaridade dos indivíduos de referência das famílias, constata-se que o rendimento médio aumenta com o nível de escolaridade. O mesmo se verifica com a riqueza líquida, sendo que os indivíduos de referência das famílias que têm o ensino superior detêm uma riqueza líquida média mais de duas vezes superior à média da riqueza líquida total das famílias.

3.2. Riqueza real e riqueza financeira

A análise da riqueza real e da riqueza financeira permite verificar como é que as famílias repartem a sua riqueza de acordo com o tipo de activo.

Quadro 2 – Distribuição dos activos dos agregados familiares: reais e financeiros

Características dos agregados familiares	Activos das Famílias	
	Activos reais no total de activos	Activos financeiros no total de activos
Total	87,5%	12,5%

Fonte: INE (2012)

Assim, podemos verificar que as famílias detêm 87,5% da sua riqueza em activos reais e apenas 12,5% em activos financeiros. Existe, claramente, uma preferência das famílias em activos reais. Note-se, no entanto, que é plausível que a subestimação dos activos financeiros seja superior à dos activos reais.

De seguida, será analisado de forma mais detalhada a distribuição da riqueza real e financeira por tipo de activo e características das famílias.

Quadro 3 - Distribuição do valor da riqueza real por tipo de activo

Em percentagem	Total	Residência Principal	Outros Imóveis	Negócios por conta própria	Veículos Motorizados	Outros bens de valor
Total	100.00	54.6	26.3	13.6	4.5	1.0

Fonte: Costa e Farinha (2012).

A residência principal é o activo real com mais peso na riqueza real, com uma proporção de 54.6 %, enquanto que, os outros imóveis representam 26.3 % da riqueza real das famílias, os negócios por conta própria 13.6%, os veículos motorizados 4.5% e os outros bens de valor 1%.

De acordo com a tabela A3, em anexo, para as famílias que pertencem ao percentil mais elevado de rendimento e de riqueza líquida, o peso da residência principal é menor e o peso de outros imóveis é maior, em relação aos outros percentis.

É também neste grupo de famílias, que os negócios por conta própria tem um maior peso. A participação em negócios por conta própria e a aquisição de outros imóveis, para além da residência principal, tendem a aumentar de acordo com o nível de escolaridade dos indivíduos. No que diz respeito ao peso dos outros imóveis, este é crescente com a idade dos indivíduos, ao contrário da residência principal, que é muito superior em indivíduos com idades inferiores a 35 anos.

O seguinte quadro refere-se à distribuição da riqueza financeira por tipo de activo.

Quadro 4 - Distribuição do valor da riqueza financeira por tipo de activo

Em percentagem	Total	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Activos transaccionáveis	Planos voluntários de reformas	Outros
Total	100.00	12.5	58.1	12.8	10.4	6.2

Fonte: Costa e Farinha (2012).

Os depósitos a prazo são os activos financeiros com maior proporção, com o valor de 58,1%, seguidos dos depósitos à ordem e dos activos transaccionáveis. Os planos voluntários de reformas ocupam 10,4% da riqueza financeira, enquanto que, outros tipo de activos ocupam 6,2%.

De acordo com a tabela A4, em anexo, podemos verificar que tanto os depósitos a prazo, como os depósitos à ordem, têm uma maior proporção em famílias que pertencem aos primeiros percentis do rendimento, no entanto, em termos de riqueza líquida, as famílias que pertencem à classe de riqueza líquida mais reduzida, apresentam um maior peso em depósitos à ordem do que em depósitos a prazo. Também é possível verificar que o peso dos depósitos à ordem vai diminuindo para níveis de rendimento e riqueza líquida mais elevados.

Os activos transaccionáveis, que têm maior risco e rentabilidade, apresentam um maior peso em famílias que pertencem a percentis de rendimento e riqueza mais elevados,

assim como, em indivíduos trabalhadores por conta própria e com idades compreendidas entre 55 e 64 anos. O peso dos planos voluntários de reforma vai aumentando de acordo com os percentis mais elevados, tanto de rendimento, como de riqueza líquida e com a idade dos indivíduos até aos 64 anos.

3.3. A questão do endividamento

Os anos noventa foram caracterizados pelo crescimento do endividamento das famílias portuguesas, devido à abertura do mercado de crédito, à descida acentuada das taxas de juro (nominais e reais), às melhorias do mercado de trabalho e ao aumento dos rendimentos reais. Após a adesão ao Euro, ocorreu uma inversão da principal componente de endividamento das famílias portuguesas, passando do crédito ao consumo ao crédito à habitação. Esta transição ocorreu porque o fácil acesso ao crédito juntamente com um mercado de arrendamento quase inexistente, motivou as famílias a obterem crédito de habitação, tornando-se este a principal componente do seu endividamento (Frade, (2008)).

Desta forma, o quadro 5 representa a distribuição do valor da dívida por tipo de dívida (hipotecas da residência principal e de outros imóveis, os empréstimos não garantidos por imóveis e cartões de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários).

Quadro 5 - Distribuição do valor da dívida por tipo de dívida

Em percentagem	Hipotecas		Dívida que não hipotecas	
Total	Hipoteca da Residência Principal	Hipoteca de outros Imóveis	Empréstimos não garantidos por imóveis	Cartão de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários
100.0	80.3	11.9	6.6	1.3

Fonte: Costa e Farinha (2012).

A dívida das famílias é, essencialmente, associada à hipoteca da residência principal, assumindo um valor de 80,3 %, enquanto que apenas 11,9% detêm dívidas associadas a

hipotecas de outros imóveis, 6,6% a empréstimos não garantidos por imóveis e 1,3% em cartão de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários.

De acordo com a tabela A5, em anexo, as famílias que se situam no terceiro percentil do rendimento e no segundo percentil de riqueza líquida apresentam valores mais elevados de dívidas em hipotecas de residência principal. Este tipo de dívida é também mais elevado em indivíduos com menos de 35 anos, trabalhadores por conta de outrem e indivíduos com nível de escolaridade igual ao ensino secundário. Assim, podemos verificar, que a dívida varia menos com o rendimento do que com a riqueza líquida, provavelmente, porque a maioria das famílias são proprietárias da residência principal (Rodrigues e Andrade (2014)). No que diz respeito à dívida associada a hipotecas de outros imóveis, as famílias que se inserem nos últimos dois percentis do rendimentos e de riqueza líquida, são as que auferem uma maior percentagem.

Os indivíduos que estão em situações mais vulneráveis a nível financeiro, nomeadamente, indivíduos com mais de 74 anos e reformados; a nível de educação, nomeadamente, indivíduos com ensino básico; e ainda famílias que auferem menores rendimentos e detêm menor riqueza líquida, são os mais representativos nos empréstimos não garantidos por imóveis. A importância destes empréstimos revela possíveis fragilidades financeiras (Rodrigues e Andrade (2014)). A categoria da dívida composta por cartão de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários, apresenta uma percentagem mais elevada em famílias que se inserem no último percentil do rendimento e da riqueza líquida.

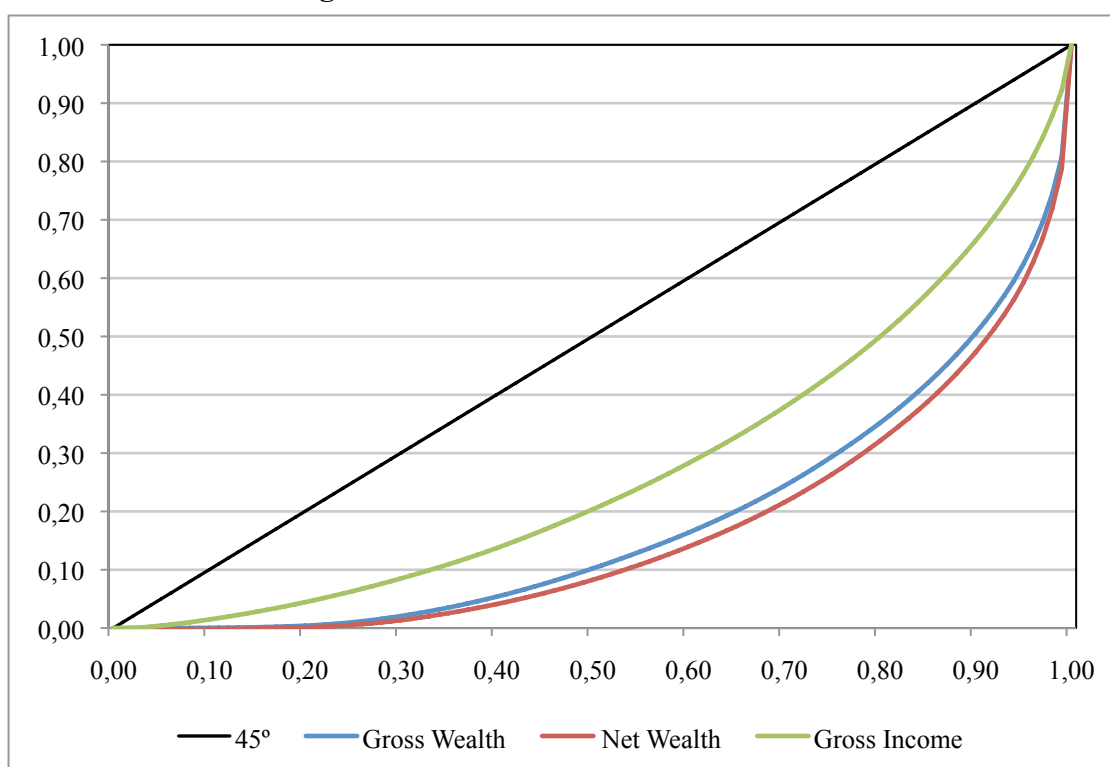
De acordo com os dados publicados no *The Eurosystem Household Finance and Consumption Survey* (BCE, (2013)), o rácio que relaciona a dívida dos agregados familiares com o seu respectivo rendimento, ou seja, o rácio dívida-rendimento,

apresenta valores na ordem dos 134,0%, em Portugal. Isto significa que a dívida das famílias portuguesas é superior ao rendimento que auferem em 34%, reflectindo a incapacidade por parte dos agregados familiares em liquidar os seus passivos.

3.4. Desigualdade da riqueza em Portugal

A desigualdade da riqueza em Portugal é bem ilustrada por uma Curva de Lorenz, pois permite constatar a sua assimetria. O gráfico 1 representa a distribuição da riqueza bruta, da riqueza líquida e do rendimento.

Gráfico 1 – Distribuição da Riqueza Bruta, Riqueza Líquida e do Rendimento em Portugal



Fonte: Rodrigues e Andrade (2015).

A ideia implícita é de que quanto mais afastada da linha de distribuição perfeita estiver a curva, mais assimétrica ou desigual é a distribuição do conceito em análise. Assim, podemos observar que, a distribuição do rendimento é menos assimétrica do que a distribuição da riqueza. Por outras palavras, as famílias portuguesas apresentam uma

padrão de desigualdade mais acentuado na riqueza do que no rendimento. Este facto, revela a importância acrescida da riqueza líquida como indicador determinante do bem-estar das famílias, comparativamente ao rendimento.

O quadro 6 compara o rendimento bruto, a riqueza bruta e a riqueza líquida em função do índice de Gini e dos percentis extremos das respectivas distribuições.

Quadro 6 – Desigualdade na distribuição da riqueza e do rendimento

	Rendimento Bruto	Riqueza Bruta	Riqueza Líquida
Índice de Gini	0.4320	0.6332	0.6670
P80/P20	9,3927	84,8289	117,7689
P90/P10	18,8977	657,3885	788,8227
P95/P05	42,5827	3859,5689	4491,8961

Fonte: Pinto (2014)

O índice de Gini reforça a ideia, ilustrada na curva de Lorenz, de que a distribuição da riqueza líquida é ligeiramente mais assimétrica do que a distribuição riqueza bruta e muito mais assimétrica do que a do rendimento. Analisemos agora os rácios relativos aos percentis. Relativamente ao rendimento podemos observar, através do rácio P95/P05, que os 5% mais ricos auferem cerca de 43 vezes mais rendimento que os 5% mais pobres das famílias portuguesas. No entanto, a riqueza líquida apresenta uma distribuição mais díspar pois os 5% mais ricos detêm 4 mil vezes mais riqueza dos que os 5% mais pobres.

As desigualdades da riqueza em Portugal, são então notórias e muito acentuadas, principalmente quando comparadas com o conceito de rendimento.

4. Existe um perfil de riqueza para os Países do Sul da Europa?

4.1. Identificação das principais características da distribuição da riqueza em Portugal, Espanha, Itália e Grécia

Como podemos verificar no capítulo anterior, a distribuição da riqueza das famílias portuguesas é assimétrica, ou seja, existe uma elevada desigualdade da mesma.

De modo a analisar o posicionamento relativo da distribuição da riqueza dos quatro países escolhidos (Portugal, Espanha, Grécia e Itália), iremos efectuar um estudo comparativo.

Em relação ao rendimento, mais precisamente o rendimento anual (por questões de dados estatísticos), conseguimos verificar de acordo com o gráfico A1, que representa o rendimento dos agregados familiares por país, que Portugal e Grécia detêm respectivamente 1,5% e 2,2% do rendimento anual da zona euro, tendo em conta que o rendimento anual das famílias da Área Euro ronda o valor de 28.600 euros (BCE, (2013)), Estes correspondem, assim, ao espectro inferior das distribuições. Espanha e Itália, com 10,2% e 15,6%, respectivamente, encontram-se entre os países que maior percentagem detêm do rendimento anual da Área Euro. Contudo, comparando estes valores com a posição relativa que os agregados familiares destes países detêm no total dos agregados familiares da Área Euro, não ocorrem discrepâncias no seu posicionamento relativo em relação ao rendimento anual europeu, mantendo assim a sua posição.

A mediana da riqueza líquida da Área Euro encontra-se entre os valores 51.400 e 397.800 euros (BCE, (2013)). Espanha, Grécia e Itália que respectivamente têm os valores de 182,700 euros, 101,900 euros e 173,500 euros encontram-se em posições intermédias em relação aos restantes países. Contrariamente, Portugal com 75.200 euros

localiza-se nos valores inferiores em relação à mediana da Área Euro, de acordo com o gráfico A2, em anexo.

O gráfico A3, em anexo, compara o rendimento mediano com a riqueza mediana para os vários países do euro. A correlação entre estas duas variáveis, já detectada nos quatro países mediterrâneos, surge também aqui bem expressa. Significa isto, que países com um rendimento superior tendem a ter uma riqueza líquida superior.

De acordo com o gráfico A4, em anexo, que ilustra a importância da dívida no total da riqueza (quota da dívida) e as suas componentes por país, verificamos que Espanha é o país mais endividado, com um valor de 50,0%, seguido de Portugal e Grécia, com 37,7% e 36,6%, respectivamente, e, por fim, Itália com 25,2% de dívida.

Analisando a composição da dívida, verifica-se que Portugal apresenta um valor muito elevado de dívida em habitação (92,0%), que é o mais elevado na Área Euro, no entanto, também detém o valor mais baixo da Área Euro em dívida não habitacional. Os restantes países do sul da Europa, encontram-se com valores similares entre eles e entre os restantes países da Área euro.

Daqui podemos concluir e de acordo com o referido anteriormente, que com o acesso facilitado ao crédito, a dívida das famílias portuguesas passou a ser composta na sua maioria pelo crédito à habitação, apresentando valores muito elevados em relação aos restantes países.

4.2. Nível e estrutura da riqueza nos países do Sul da Europa

A comparação do nível e da estrutura da riqueza das famílias nos países do Sul da Europa, será realizada através de uma análise detalhada dos diferentes tipos de activos, quer reais quer financeiros.

A tabela A6, em anexo, permite visualizar a composição dos activos reais nos países, ou seja, a proporção do valor total dos activos reais em relação aos diferentes tipos de activos. Assim, podemos constatar que na Zona Euro as famílias têm uma proporção de riqueza real igual a 60,8% na componente da residência principal. Este valor não difere, substancialmente, dos valores registados nos países do sul da Europa, sendo a Itália o país que regista uma proporção maior, de 67,6%, e Portugal o país que regista uma proporção menor, de 54,6%.

No caso de outros imóveis, Grécia, Espanha e Portugal são os países que registam uma maior proporção, que varia, aproximadamente, entre os 26,0% e os 30,0%, ao contrário de Itália que apenas apresenta uma proporção de 18,2% (abaixo da Zona Euro).

Portugal e a Grécia são os países que apresentam uma maior parcela em veículos motorizados, com valores de 4,5% e 4,6%, respectivamente. Estes valores são muito elevados comparativamente com a Zona Euro, que apresenta uma proporção de 2,9%.

Em relação a outros bens de valor, todos os países do sul da Europa se situam abaixo da Zona Euro (2,0%), no entanto, Itália destaca-se com uma proporção de 1,7%, ou seja, uma proporção mais próxima da Zona Euro, e mais elevada que os restantes países do sul da Europa.

Portugal destaca-se nos negócios por conta própria, com uma proporção de 13,6%, mais elevada que os restantes países do sul da Europa e da Zona Euro (11,5%).

No que diz respeito à composição da riqueza financeira, a tabela A7, em anexo, permite verificar como é que esta é repartida pelos diferentes tipos de activos financeiros, nos países em análise.

A componente dos depósitos, que inclui tanto os depósitos à ordem, como os depósitos a prazo, apresenta uma dimensão especialmente elevada na Grécia, de 80,7%, seguida

de Portugal, com 70,6%. Tanto Itália como Espanha, apresentam valores mais baixos que os restantes países do sul da Europa, no entanto, continuam a ser superiores aos valores registados na Zona Euro (42,9%).

Nos fundos de investimento, Itália e Espanha são os países que apresentam proporções mais elevadas comparativamente com Portugal e Grécia, e são os países que se encontram mais próximos da média da Zona Euro.

Em relação aos títulos da dívida, apenas podemos analisar Espanha e Itália. Itália regista um valor de 20,4%, muito superior à Zona Euro (6,6%), enquanto que Espanha apresenta um valor de 1,9%.

No que diz respeito a acções, Portugal e Espanha são os países que apresentam uma maior proporção, igual a 6,7% e 9,1%, respectivamente, sendo estes os países que se encontram mais próximos da Zona Euro.

É de fácil constatação, que na componente de participação em negócios, Portugal e Espanha apresentam valores muito elevados, tanto comparativamente com os restantes países do sul da Europa como da Zona Euro.

No caso dos planos voluntários de reforma, os países do sul da Europa encontram-se abaixo do nível das famílias da Zona Euro (26,3%), sendo Portugal e Espanha os países do sul da Europa que apresentam uma maior proporção, neste tipo de activo financeiro, com valores iguais a 10,4% e 15,1%, respectivamente.

Na componente de outros activos financeiros, apenas podemos analisar Espanha e Itália, que tem uma proporção igual a 8,4% e 9,3%, respectivamente, ou seja, estes países apresentam valores um pouco acima da Zona Euro (5,3%).

5. Considerações Finais

A realização deste trabalho permitiu-nos confirmar que, quando comparada com a distribuição do rendimento, a distribuição da riqueza é mais assimétrica. Actualmente, em Portugal, o principal instrumento de política redistributiva é o IRS, que apenas tem em conta os rendimentos dos agregados familiares. Assim, de forma a atenuar as desigualdades na distribuição da riqueza, a política redistributiva deve ter em consideração não apenas o rendimento mas também a riqueza das famílias portuguesas. Um Estado que defende a equidade social deverá adoptar uma política fiscal mais agressiva, em relação aos níveis de património dos agregados familiares. Sendo que a principal componente da riqueza das famílias portuguesas é a residência principal, esta deverá ser, porém, salvaguardada. Uma política fiscal que tenha por objectivo atenuar tais desigualdades, poderá ser realizada através da aplicação de taxas progressivas de imposto sobre sucessões ou sobre outros imóveis que os agregados familiares detenham. Relativamente à análise comparativa entre os países da Europa do sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia), podemos concluir que existe um perfil comum de distribuição de riqueza. Não existem diferenças significativas nem entre este conjunto de países, nem em relação à zona euro, no que diz respeito às componentes da riqueza, ou seja, a composição das mesmas é semelhante. O perfil da distribuição da riqueza que se verifica e as respectivas dissemelhanças resultam essencialmente da dimensão económica dos países e não da estrutura da mesma. Assim sendo, Espanha e Itália diferenciam-se de Portugal e Grécia, pela sua dimensão económica superior. No entanto, podemos destacar que o perfil da dívida não é idêntico entre os países, sendo Portugal o país com maior proporção de dívida em habitação.

Como sugestões de trabalho futuro temos a possibilidade de aprofundar a análise da distribuição da riqueza em Portugal, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais (NUTS II); efectuar uma análise comparativa da distribuição da riqueza entre os países da Europa do sul e os países do norte da Europa; e ainda, verificar a eficácia de uma política fiscal baseada nos níveis de riqueza.

Referências Bibliográficas

- Costa, Sónia e Luísa Farinha (2012), *Inquérito à Situação Financeira das Famílias: Metodologia e Principais Resultados*. Banco de Portugal, Occasional Paper, 1/2012, 51.
- European Central Bank (2013), The Eurosystem Household Finance and Consumption Survey. Results from the first wave. Statistics paper series, 2, 112.
- Eurosystem, European Central Bank, 2014. The Financial Vulnerability of Euro Area Households – Evidence from the Eurosystem’s Household Finance and Consumption Survey. *ECB, Monthly Bulletin*. 1, 79-90. Disponível electronicamente em:
http://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/art1_mb201411_pp79-90.en.pdf
- Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de estudos sociais, 2002. Endividamento e sobreendividamento das famílias; Conceitos e estatísticas para a sua avaliação. *Observatório do endividamento dos Consumidores*. 27. Disponível electronicamente em:
http://oec.ces.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/estudo_parte2%20cap_1.pdf
- Farinha, Luísa, 2007. O endividamento das famílias portuguesas: Evidência recente com base nos resultados do IPEF 2006-2007. *Relatório de Estabilidade Financeira 2007, Banco de Portugal*. Parte II, 141-165. Disponível electronicamente em:
http://www.bportugal.pt/ptPT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AR2007_01_p.pdf

- Frade, Catarina, 2008. Um perfil dos sobreendividados em Portugal. *Relatório, Centro de estudos sociais*. 51. Disponível electronicamente em:
<http://www.ces.uc.pt/cesfct/acs/cfrade1.pdf>
- Glossário & Siglas. *Observatório do Endividamento dos Consumidores*. Disponível electronicamente em:
http://oec.ces.uc.pt/biblioteca/glossario_index.html
- INE, 2012. *Inquérito à Situação Financeira das Famílias*, Informação à comunicação social, Lisboa.
- Pinto, Paulo N., 2014. *A Distribuição da Riqueza em Portugal*, Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISEG.
- Rodrigues, C.F. (Coord), R. Figueiras e V. Junqueira (2012), *Desigualdades Económicas em Portugal*, Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.
- Rodrigues, C.F. e I. Andrade (2014), "Portugal - There and back again, an inequality's tale". In Wiemer Salverda et al. (Eds), *Changing Inequalities and Societal Impacts in Rich Countries: Thirty Countries' Experiences* (pp. 514-540), Oxford University Press.
- Rodrigues, C. F. e I. Andrade (2015), "The impact of inheritances in the Portuguese wealth distribution", Comunicação ao 27th Annual Meeting of Society for the Advancement of Socio-Economics.

Anexos

Tabela A1 - Balanço Patrimonial das Famílias

+ Activos Reais	Imóveis	Residência principal do agregado
		Outras propriedades imobiliárias
	Negócios	Por conta própria
	Outros	Veículos
Objectos de valor		
+ Activos Financeiros	Depósitos	Contas à ordem
		Contas a prazo
	Acções	
	Obrigações	
	Fundos de investimento	
	Negócios	Participações
	Dívidas de outras famílias em forma de empréstimos privados	
Planos voluntários de pensões		
- Dívidas	Garantidas	Residência principal do agregado
		Outras propriedades imobiliárias
	Não – garantidas	Cartões de crédito/ descobertos bancários
		Outros empréstimos
= Riqueza Líquida		

Fonte: Pinto, P. (2014)

Tabela A2 - Distribuição da riqueza líquida e do rendimento bruto por características das famílias

(Milhares de euros)	Proporção dos agregados por classe (%)	Rendimento		Riqueza	
		Mediana	Média	Mediana	Média
Total	100.0	14.6	20.2	75.2	152.9
Condição perante o trabalho					
Trabalhador por c/ outrem	42.0	18.1	24.4	74.3	123.8
Trabalhador por c/ própria	10.7	19.3	29.5	155.8	386.5
Desempregado	7.2	10.8	13.7	20.0	62.7
Reformado	36.5	10.0	14.9	74.0	137.7
Outras situações	3.5	7.8	10.8	62.4	133.6
Escolaridade					
Ensino Básico	78.4	12.9	15.8	66.0	115.6
Ensino Secundário	12.9	21.4	28.7	87.5	213.2
Ensino Superior	8.7	37.9	47.7	179.3	400.3

Fonte: Costa e Farinha (2012).

Tabela A3 - Distribuição do valor da riqueza real por tipo de activo e características das famílias

Em percentagem	Total	Residência Principal	Outros Imóveis	Negócios por conta própria	Veículos Motorizados	Outros bens de valor
Total	100.00	54.6	26.3	13.6	4.5	1.0
Percentil do rendimento						
<20	100.00	74.4	20.2	1.8	3.0	0.6
20-40	100.00	70.1	21.9	3.9	3.6	0.5
40-60	100.00	64.9	20.4	9.0	5.2	0.5
60-80	100.00	65.4	21.4	6.0	5.9	1.3
80-90	100.00	55.9	28.6	9.3	5.3	0.8
>90	100.00	32.7	33.8	28.1	3.8	1.5
Idade						
<35	100.00	65.5	16.7	8.6	8.9	0.3
35-44	100.00	63.8	17.9	12.1	5.8	0.3
45-54	100.00	59.6	19.4	14.8	5.6	0.6
55-64	100.00	44.3	31.3	19.1	4.0	1.2
65-74	100.00	53.8	27.6	14.2	3.2	1.3
>74	100.00	51.6	42.1	2.3	1.6	2.4
Condições perante o trabalho						
Trabalhador por c/ outrem	100.00	65.9	20.6	6.3	6.5	0.8
Trabalhador por c/ própria	100.00	30.9	25.6	39.4	3.4	0.7
Desempregado	100.00	77.6	14.0	0.6	7.4	0.4
Reformado	100.00	59.4	33.6	2.4	3.1	1.5
Outras situações	100.00	51.2	43.7	1.2	2.0	1.8
Escolaridade						
Ensino básico	100.00	62.7	24.8	7.3	4.7	0.5
Ensino secundário	100.00	46.1	24.8	23.3	4.9	0.8
Ensino superior	100.00	39.0	31.7	22.8	3.8	2.7
Percentil da riqueza líquida						
<25	100.00	75.6	5.3	0.3	18.3	0.4
25-50	100.00	85.2	5.7	1.1	7.5	0.4
50-75	100.00	80.5	10.7	1.3	6.9	0.6
75-90	100.00	74.2	15.6	4.3	5.1	0.7
>90	100.00	29.6	41.6	25.1	2.2	1.4

Fonte: Costa e Farinha (2012).

Tabela A4 - Distribuição do valor da riqueza financeira por tipo de activo e características das famílias

Em percentagem	Total	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Activos transaccionáveis	Planos voluntários de reformas	outros
Total	100.00	12.5	58.1	12.8	10.4	6.2
Percentil do rendimento						
>20	100.00	19.0	70.6	1.6	3.8	5.1
20-40	100.00	18.2	66.3	1.4	5.1	9.0
40-60	100.00	15.0	59.6	3.8	8.6	13.0
60-80	100.00	14.2	64.0	4.7	9.3	7.8
80-90	100.00	12.5	57.6	6.4	17.0	6.5
<90	100.00	8.9	51.8	24.3	11.5	3.3
Idade						
>35	100.00	19.1	50.8	12.7	10.6	6.9
35-44	100.00	15.8	48.1	14.6	13.2	8.3
45-54	100.00	10.8	53.5	6.4	21.9	7.4
55-64	100.00	11.5	54.5	19.3	9.6	5.2
65-74	100.00	12.1	68.1	8.8	4.3	6.7
<74	100.00	10.2	74.8	8.8	2.4	3.7
Condição perante o trabalho						
Trabalhador por c/ outrem	100.00	14.6	53.4	13.0	15.7	3.3
Trabalhador por c/ própria	100.00	8.8	48.2	20.5	10.9	11.6
Desempregado	100.00	18.6	57.0	7.1	9.1	8.3
Reformado	100.00	12.0	70.6	8.4	4.6	4.5
Outras situações	100.00	12.2	50.1	2.8	4.0	30.9
Percentil da riqueza líquida						
>25	100.00	49.1	35.9	1.1	4.8	9.0
25-50	100.00	23.4	59.3	3.3	7.2	6.8
50-75	100.00	14.2	63.7	5.8	10.2	6.1
75-90	100.00	14.0	61.4	6.0	11.1	7.5
<90	100.00	7.2	55.5	20.7	11.1	5.4

Fonte: Costa e Farinha (2012).

Tabela A5 - Distribuição do valor da dívida por tipo de dívida e características das famílias

	Total	Hipotecas		Dívida que não hipotecas	
		Hipoteca da Residência Principal	Hipoteca de outros Imóveis	Empréstimos não garantidos por imóveis	Cartão de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários
Total	100.0	80.3	11.9	6.6	1.3
Percentil do Rendimento					
<20	100.0	77.7	9.6	12.0	0.7
20-40	100.0	78.0	11.6	8.9	1.4
40-60	100.0	89.3	4.6	5.4	0.7
60-80	100.0	79.9	9.5	9.5	1.0
80-90	100.0	80.0	15.0	4.3	0.7
>90	100.0	74.4	18.2	4.8	2.6
Idade					
<35	100.0	90.8	4.7	3.9	0.6
35-44	100.0	85.5	8.1	5.5	0.9
45-54	100.0	75.8	15.3	7.7	1.2
55-64	100.0	59.8	26.6	11.7	1.9
65-74	100.0	44.7	32.1	11.5	11.7
>74	100.0	59.2	25.3	14.6	0.8
Condições perante o trabalho					
Trabalhador por c/ de outrem	100.0	84.6	8.8	5.7	0.9
Trabalhador por c/ própria	100.0	70.4	21.6	6.6	1.3
Desempregado	100.0	82.4	6.6	9.6	1.3
Reformado	100.0	64.6	15.7	13.9	5.8
Outras situações	100.0	45.2	47.0	6.5	1.3
Escolaridade					
Ensino básico	100.0	78.4	12.8	8.1	0.7
Ensino secundário	100.0	84.4	9.0	4.2	2.4
Ensino superior	100.0	80.7	12.6	4.9	1.7
Percentil da riqueza líquida					
< 25	100.0	79.2	6.8	12.5	1.5
25-50	100.0	90.9	3.6	4.8	0.6
50-75	100.0	82.5	10.1	6.6	0.8
75-90	100.0	76.8	17.4	4.5	1.4
>90	100.0	66.9	24.3	6.2	2.7

Fonte: Costa e Farinha (2012).

Tabela A6- Distribuição da riqueza real nos países por tipo de activo

Em percentagem	Total	Residência Principal	Outros Imóveis	Veículos Motorizados	Outros Bens Valiosos	Negócios por conta própria
Zona Euro	100.00	60.8	22.7	2.9	2.0	11.5
Portugal	100.00	54.6	26.3	4.5	1.0	13.6
Espanha	100.00	60.1	26.4	2.9	0.5	10.0
Itália	100.00	67.6	18.2	3.4	1.7	9.2
Grécia	100.00	60.1	29.8	4.6	0.3	5.1

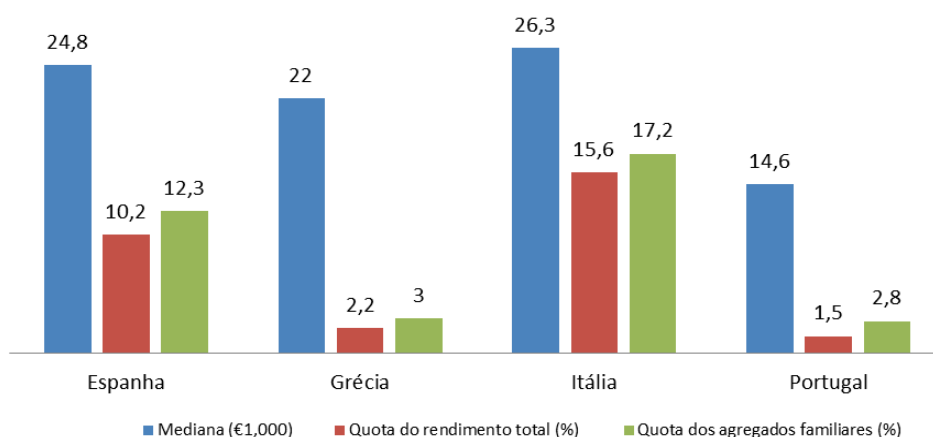
Fonte: BCE, 2013

Tabela A7- Distribuição da riqueza financeira nos países por tipo de activo

Em percentagem	Total	Depósitos	Fundos de Investimento	Títulos da dívida	Acções	Participações nos negócios	Planos voluntários de reforma	Outros activos financeiros
Zona Euro	100.00	42.9	8.7	6.6	7.9	2.2	26.3	5.3
Portugal	100.00	70.6	4.2	N	6.7	6.0	10.4	N
Espanha	100.00	51.4	7.7	1.9	9.1	6.4	15.1	8.4
Itália	100.00	46.9	9.6	20.4	4.5	0.5	8.8	9.3
Grécia	100.00	80.7	2.5	N	3.5	2.5	7.7	N

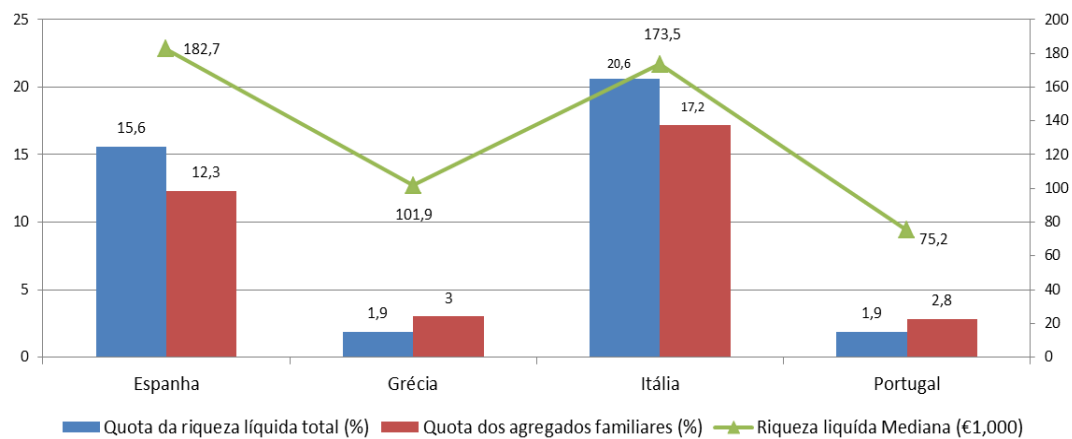
Nota: N – não calculado, porque apenas estavam disponíveis menos de 25 observações

Fonte: BCE, 2013

Gráfico A1 – Rendimento dos agregados familiares por país

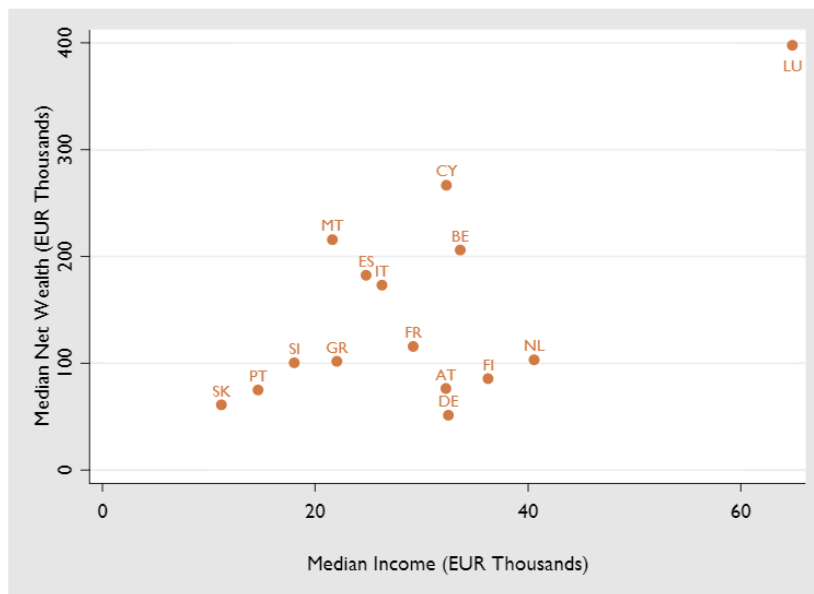
Fonte: BCE, 2013

Gráfico A2 – Riqueza Líquida por país

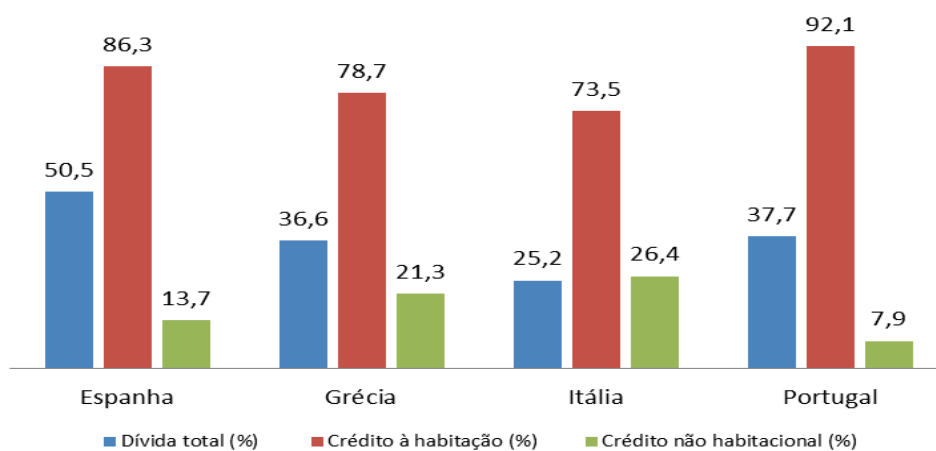


Fonte: BCE, 2013

Gráfico A3 - Mediana da riqueza líquida e do rendimento bruto das famílias



Fonte: BCE, 2013

Gráfico A4 – Quota da dívida e dos seus componentes por país

Fonte: BCE, 2013